



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 13/01/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### Correção do salário mínimo fica R\$ 1 abaixo do necessário para repor inflação

A correção do salário mínimo em 2022 ficou R\$ 1 abaixo do valor necessário para repor o poder de compra dos trabalhadores, segundo cálculo de fontes da área econômica ouvidas pela Folha.

A tendência é que a diferença seja compensada no início de 2023, quando o governo precisará novamente aumentar o piso nacional. A lei permite que o ajuste seja feito no ano seguinte.

Ao deixar a diferença para ser compensada 2023, o governo deixa de gastar R\$ 364,8 milhões neste ano. Este é o impacto de cada R\$ 1 adicional no salário mínimo nas despesas do Orçamento, segundo o governo. O salário mínimo é referência para o pagamento de aposentadorias, benefícios assistenciais e seguro-desemprego.

No fim do ano passado, o governo editou uma MP (medida provisória) fixando o salário mínimo em R\$ 1.212 a partir de janeiro de 2022. Antes, o piso era de R\$ 1.100.

Para fazer a conta e chegar ao novo valor, o governo considerou o salário mínimo previsto para 2021 antes do arredondamento (R\$ 1.099,24) e o resíduo de R\$ 1,61 que não havia sido concedido porque a inflação superou o projetado.

Sobre essa base de cálculo, de R\$ 1.100,85, o governo aplicou a variação de 10,02% esperada para o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) em 2021. É o índice usado na correção do piso nacional e de outros benefícios sociais.

"O que deveriam fazer, sempre, era retroagir o reajuste depois da divulgação da inflação. É só emitir uma folha de pagamento suplementar, ao invés de jogar para outros anos", diz o economista Ilmar Silva, do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

"De fato, o aumento repôs o valor, mas aquela perda, aquele amargor de quem ficou com salário abaixo da inflação [nos dois anos anteriores], esse não se recupera", afirma Ilmar.

Desde 2020, o governo tem reajustado o salário mínimo apenas para repor a inflação, sem aumentos reais. O último ganho acima da variação dos preços foi no início de 2019, incorporando o crescimento de 1% do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 13 de janeiro.

### Teto do seguro-desemprego sobe para R\$ 2.106,08 após reajuste

Desde terça-feira (11), o trabalhador demitido sem justa causa está recebendo um valor maior de seguro-desemprego. A tabela das faixas salariais usadas para calcular o valor da parcela seguiu o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2021 e foi reajustada em 10,16%.

Com a correção, o valor máximo do seguro-desemprego subirá de R\$ 1.911,84 para R\$ 2.106,08, diferença de R\$ 194,24. O piso segue a variação do salário mínimo e aumenta de R\$ 1,1 mil para R\$ 1.212.

Os novos valores estão sendo pagos para as parcelas emitidas para saque desde ontem (11) e vale tanto para quem recebe o seguro-desemprego como para quem ainda dará entrada no pedido.

A parcela do seguro-desemprego é calculada com base na média das três últimas remunerações do trabalhador antes da demissão. Após a correção das faixas salariais, o benefício será definido da seguinte forma.

Pago ao trabalhador com carteira assinada dispensado sem justa causa, o seguro-desemprego tem de três a cinco parcelas, que dependem do número de meses trabalhados no emprego anterior e do número de pedidos do benefício. O benefício pode ser pedido por meio do Portal Emprega Brasil, do Ministério do Trabalho e Previdência.

O trabalhador não pode ter outro vínculo empregatício. O prazo para fazer o pedido varia entre o 7º e o 120º dia da demissão, para trabalhadores formais, e entre o 7º e o 90º dia, para empregados domésticos.

Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 13 de janeiro.

## **Economia precisa de R\$ 9 bi para recompor gastos subestimados no Orçamento de 2022**

A equipe econômica apresentou ao Palácio do Planalto um pedido de veto de quase R\$ 9 bilhões em despesas aprovadas pelo Congresso Nacional para recompor gastos que ficaram subestimados no Orçamento de 2022, segundo fontes do governo ouvidas pela Folha.

Desse valor, ao menos R\$ 3 bilhões devem ir para despesas com pessoal, que são obrigatórias, e quase R\$ 800 milhões vão irrigar o fundo eleitoral —que chegará aos R\$ 5,7 bilhões aprovados pelos parlamentares para a campanha deste ano.

Outros R\$ 5 bilhões foram solicitados para ampliar despesas de custeio da máquina pública que ficaram abaixo do necessário. O mais afetado é o próprio Ministério da Economia.

Uma nova reunião deve ocorrer nesta quinta-feira (13) para definir o que será feito. O prazo para a sanção do Orçamento de 2022 termina em 21 de janeiro.

Para atender à demanda, o presidente Jair Bolsonaro (PL) precisa vetar outras despesas no Orçamento, pois não é possível simplesmente ampliar os gastos, que são limitados pelo teto.

A Folha apurou que a área econômica chegou a sugerir que os vetos fossem aplicados sobre emendas de relator, que somam R\$ 16,5 bilhões e são usadas pelo Congresso para direcionar recursos a redutos eleitorais de aliados.

Segundo Damasceno, a sinalização de que falta dinheiro mesmo com a expansão do teto pode abrir um precedente para novas mudanças na regra fiscal, sobretudo no momento em que sua manutenção ou derrubada ganha espaço no debate eleitoral.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 13 de janeiro.

## **Conta de luz continuará alta mesmo com reservatórios mais cheios**

Mesmo com a recuperação do nível de água nos reservatórios das hidrelétricas devido às fortes chuvas, a conta de luz dos brasileiros não deverá sofrer redução nos próximos meses e, de acordo com resolução do CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) continuarão em vigência medidas de emergência para garantir o fornecimento de energia.

A principal prevê um limite de 15 gigawatts médios (GW médios) para a contratação de energia por termelétricas e de geradoras de outros países.

Por isso, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou em entrevista ao jornal O Globo que a tarifa extra cobrada na conta de luz, a chamada bandeira tarifária de escassez hídrica, continuará em vigor até abril deste ano. Por ela, cada consumidor paga R\$ 14,20 a mais a cada 100 kWh consumidos.

"Considerando a repetição do cenário crítico de chuvas verificado no período chuvoso de 2020/2021, ilustrando que a recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas está em andamento", disse o CMSE, em nota.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 13 de janeiro.

## **Em apenas 11 dias, janeiro já supera os registros de covid em dezembro na Baixada Santista**

O ano mal começou e, em apenas 11 dias, janeiro já superou o número de casos confirmados de covid-19 de dezembro de 2021. Um levantamento feito com as prefeituras da Baixada Santista mostra que as secretarias de saúde receberam 2.299 diagnósticos no período, contra 1.950 em dezembro do ano passado, alta de 17,9%.

A Baixada Santista vinha numa tendência de queda nos registros mensais da doença. Em outubro, foram 4.849 novos casos, em novembro 3.887 e em dezembro 1.950.

Especialistas revelam que as aglomerações durante as festas de fim de ano, o relaxamento nas medidas de combate à doença por parte da população e das autoridades, além do aumento das testagens entre os munícipes são os principais fatores para a alta.

Os médicos alertam, no entanto, que a presença da variante Ômicron do coronavírus, considerada mais transmissível, já pode ser responsável pela alta de exames positivos.

A infectologista Elisabeth Dotti afirma que as festas de fim de ano puseram "a perder tudo o que construímos". Ela considera que era necessário desestimular as aglomerações, o que não ocorreu antes do Natal e não ocorre agora.

Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 13 de janeiro.